

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
[www.cnmp.mp.br](http://www.cnmp.mp.br)

**SUMÁRIO**

|                       |    |
|-----------------------|----|
| Presidência.....      | 1  |
| Secretaria Geral..... | 31 |
| Plenário.....         | 34 |

**PRESIDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

10ª Sessão Ordinária de 2021

Dia: 22/06/2021

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO****PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1) Aprovação da Ata da 9ª Sessão Ordinária (08/06/2021).

**Processo desta Sessão (22/06/2021)**

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Trabalho

Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

**PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS****Processos com Pedidos de Vista****Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)**

1) Proposição nº 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2019 (14/05/2019)

- 2) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar nº 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP nº 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2019 (12/11/2019)

- 3) Reclamação Disciplinar nº 1.00633/2019-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás  
Advogada: Thalita Fresneda Gomes de Castro – OAB/GO n.º 39616  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 4) Proposição nº 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (05.05.2020)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações.

Relator(a): Desrespeito a princípios constitucionais.  
Origem: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Vista: Acre  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 6) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza (redistribuído em 25/03/2021)  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90  
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça  
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Amazonas  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

- 9) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

10) Proposição nº 1.00448/2018-14

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

11) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39

Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região  
Advogada: Sabine Tams Gasperin – OAB/CE nº 42.863  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP nº 33/2016.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF nº 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF nº 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar nº 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

13) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP nº 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de

Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

- 14) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58
- Requerente: Lilia Emilia Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti  
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO nº 17275  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.
- Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
- Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
- Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
- Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Pedidos de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2019-73  
Requerente: Liana Maria Melo Lages  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI nº 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Rinaldo Reis Lima
- 18) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37  
Requerente: Abel José Rodrigues Neto  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Boguea de Assis – OAB/MA nº 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias nº 66572020, nº 66322020, nº 66652020 e nº 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Luciano Nunes Maia Freire
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00838/2020-72  
Requerente: Antonio Sergio Tonet  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Associação Mineira do Ministério Público – AMMP  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requerimento de suspensão do desconto da contribuição previdenciária sobre determinadas parcelas. Recurso à Câmara de Procuradores de Justiça. Indeferimento. Incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PAE e ATS e de restituição dos valores descontados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 21) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01026/2020-53  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Administrativo Disciplinar n.º 001/2018. Reclamação Disciplinar nº 1.00833/2018-43. Recebimento de vantagens indevidas para beneficiar réus em ações e execuções penais. Concessão de aposentadoria voluntária antes de julgamento de recurso. Perda de objeto.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
- 22) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Embargado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00464/2021-30  
Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Afastamento de servidor para desempenho de mandato classista. Liminar em sede de decisão judicial que concedeu afastamento sem prejuízo de remuneração. Processo Administrativo nº 202000121382, objetivando a imposição de ressarcimento ao erário durante a vigência da medida liminar. Solicitação de compensação de horas como providência menos gravosa. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2021 (11/05/2021)

- 24) Reclamação Disciplinar nº 1.00375/2020-02 (Recurso Interno)  
Recorrente: Eder Augusto Pinheiro  
Advogados: Angela Silva Amorim – OAB/DF n.º 58670; Luciano Felicio Fuck – OAB/DF n.º 18810  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2021 (25/05/2021)

- 25) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00253/2020-70  
Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- 26) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00279/2020-91  
Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Carlos Fernando Mazzoco; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Suspensão da Recomendação nº 6/2020/PR-ES/Gab-EOO, editada pelo MPF/PR-ES. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.00882/2020-73  
Requerentes: Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho; Ministério Público do Estado da Paraíba  
Requerido: Procuradoria da República – Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Procedimento 1.00.000.023250/2019-81. Apuração de extração irregular de areia. Município de Caaporã.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 29) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01079/2020-47  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessados: Carla Viana Cola; Márcio Aulete de Ronai Pereira  
Advogados: Caroline Zambon Moraes – OAB/ES n.º 30.672; Francielli Ramos Bruni – OAB/ES n.º 32.460; Maria Angela Martins Peixoto – OAB/ES n.º 31.947; Lais Cola Fernandes – OAB/ES n.º 23.575; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES n.º 11.587; Marcela de Oliveira Ramos – OAB/ES n.º 19.064; Naiara Nunes Loureiro de Araujo – OAB/ES n.º 23.765; Barbara Guedes Nespole – OAB/ES n.º 25.467; Menara Coutinho Carlos de Souza – OAB/ES n.º 29.670; Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 2018.0034.1260-90. Suspensão dos efeitos da decisão. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

- 30) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00137/2021-50  
Requerente: Ministério Público Militar  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Antônio Pereira Duarte  
Objeto: Ministério Público Federal. Investigação, na seara criminal, da responsabilidade dos militares do Exército envolvidos nos disparos de arma de fogo contra carro de família, em Guadalupe, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 7 de abril de 2019. PIC 1.30.001.001521/2019-06. Decisão em sede de Reclamação para Preservação da Autonomia n.º 1.00348/2019-79. Descumprimento após não homologação de arquivamento. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária (08/06/2021)

- 31) Proposição nº 1.00322/2020-19  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 32) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política

Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

33) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

34) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão

36) Proposição nº 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

38) Proposição n.º 1.01083/2018-09  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

39) Proposição n.º 1.00956/2018-39  
Requerente: Fábio Bastos Stica  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

40) Proposição n.º 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

41) Proposição n.º 1.00146/2019-90  
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

42) Proposição n.º 1.00393/2019-23  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 43) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suima  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 44) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suima  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020)

48) Proposição nº 1.00404/2020-72

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão "Ministério Público" e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (24/11/2020)

49) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)

Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

50) Proposição nº 1.00691/2020-93

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais, Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 43, § 3º do RICNMP.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (23/02/2021)

51) Pedido de Providências nº 1.00680/2020-95

Requerente: Associação Sergipana do Ministério Público

Advogado: Edson Luiz Campos Melo – OAB/SE nº 5644

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução CPJ nº 16/2020. Determinação para que a Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe se abstenha de remeter a mencionada Resolução ao Poder Legislativo. Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Sergipe

52) Proposição nº 1.00953/2020-29

Requerentes: Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Sebastião Vieira Caixeta; Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Implementação do "MP On-Line".

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

53) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98

Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa  
Advogados: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA nº 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA nº 11.448-A  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2021-59

Requerentes: Luana Diniz Lírio Maciel; Rafael Maciel da Silva  
Advogado: Lucio de Almeida Braga Junior – OAB/AC nº 3.876  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revogação do Ato nº 23/2020/PGJ. Determinação para que a Procuradoria Geral e a Corregedoria Geral se abstenham de editar ato de qualquer espécie que venha a tornar os requerentes substitutos automáticos entre si. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Acre

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (09/03/2021)

55) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Advogado: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF nº 18503 (AMPDFT)  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

56) Pedido de Providências nº 1.00994/2018-00

Requerente: Paulo Roberto Severo Pimenta  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconsideração da decisão proferida pela Presidência do CNMP. Promoção de arquivamento. Suposta omissão da Procuradoria Geral da República em atender à solicitação de informações quanto à entrada e permanência de procuradores americanos no Brasil. Informações insatisfatórias.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária (23/03/2021)

57) Proposição nº 1.00122/2020-48

Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Substituição de copos e utensílios descartáveis fabricados com matéria prima derivada do petróleo por dispositivos retornáveis duráveis ou biodegradáveis no âmbito do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

58) Pedido de Providências nº 1.00903/2020-04 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ 2020.00057042. Possível crime de estelionato. Local de consumação do crime.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio de Janeiro

59) Pedido de Providências nº 1.00260/2021-44

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul  
Advogado: Tiago Koutchin Ovelar Rosa Vitoriano – OAB/MS n.º 14707  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogados: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39.915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979  
Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Proibição de acesso às dependências do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) com aparelho celular. Prejuízo à atividade profissional de advogados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Mato Grosso do Sul

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (13/04/2021)

60) Pedido de Providências nº 1.00356/2020-77

Requerente: Estado do Espírito Santo  
Advogado: Rodrigo Francisco de Paula – OAB/ES n.º 10.077  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Male de Aragão Frazão; Paulo Augusto Guaresqui; Paulo Henrique Camargos Trazzi; Renata Maia da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação da Recomendação nº 03/2020/PRM/CIT-COVID-19. Procedimento Administrativo nº 1.17.001.000089/2020-01. Políticas públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo

61) Pedido de Providências nº 1.00382/2020-96

Requerente: Weliton Virgílio Pereira  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Recomendação n.º 3/2020/PRM/CIT Covid-19. Alegação de

incompetência por parte do órgão ministerial para fiscalizar as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus no Município de Iúna. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

63) Pedido de Providências nº 1.00787/2020-06

Requerente: Procurador-Geral da República  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Aplicação da Resolução CNMP nº 160, de 14 de fevereiro de 2017. Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008939/2020-19.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00348/2021-20

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco  
Advogado: Isabela Lins de Carvalho – OAB/PE nº 22213  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Anulação da Resolução PGJ nº 05/2021 – MPPE. Programa de assistência à saúde suplementar, sob a forma de auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso. Determinação para demonstração da dotação orçamentária para o pagamento do “auxílio saúde”. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Pernambuco

65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00441/2021-80

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Maranhão  
Advogado: Marcelo José Lima Furtado – OAB/MA nº 9204  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Boga de Assis – OAB/MA nº 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ato Regulamentar ATOREG – 192021 da Procuradoria Geral de Justiça. Suspensão de atendimentos presenciais. Pedido de implementação de ferramentas tecnológicas para atendimento remoto da advocacia e jurisdicionados e adequação ao Decreto Estadual nº 36.601/2021. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (11/05/2021)

66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como dos termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante as Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00328/2020-40 (Recurso Interno)

Recorrente: Ricardo de Almeida Prado Filho  
Recorridos: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Desconstituição de ato administrativo praticado pela Procuradora-Geral de Justiça nos autos do processo de Gestão Administrativa nº 19.21.0378.0000209/2020-34. Restituição do pagamento dos vencimentos. Determinação de encaminhamento de documentos probatórios à perícia médica. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Piauí

68) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Recurso Interno)

Recorrente: Cristiano Zanin Martins  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro

69) Proposição nº 1.01033/2020-37

Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Condições diferenciadas a gestantes e lactantes, na realização de concurso público, em curso de vitaliciamento, no estágio probatório e durante o exercício das funções institucionais.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01055/2020-33

Requerente: Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca  
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro

71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01086/2020-20

Requerente: Hortênsia Gomes Pinho  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Resolução n.º 021/2020, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Redimensionamento das Promotorias da Capital baiana. Extinção da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Salvador. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária (25/05/2021)

- 72) Reclamação Disciplinar nº 1.00556/2020-48 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Carlos Alberto Leopoldo da Câmara Filho; Luciana Cervieri da Câmara; Patricia Ramos Russo  
Advogados: Luciana Cervieri da Câmara – OAB/RJ n.º 84376; Luciana Valle de Vasconcellos – OAB/RJ n.º 103668; Carlos Alberto Leopoldo da Câmara Filho – OAB/RJ n.º 91982  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná
- 73) Pedido de Providências nº 1.00757/2020-72  
Requerentes: Gilvanildo Bernardo da Silva; Jhonatan Dias Bernardo da Silva; Maria de Lourdes Dias da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº MPMG 0344.19.000141-4. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iturama. Irregularidades envolvendo o Departamento de Estradas e Rodagens – DER.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 74) Proposição nº 1.00955/2020-36  
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Política Nacional de Integração e Cooperação Tecnológica do Ministério Público brasileiro. Criação da Plataforma Integrada do Ministério Público.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 75) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00029/2021-88  
Requerente: Cláudio Soares Lopes  
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n.º 2017.00455179. Alegação de nulidade. Ausência de requisitos de admissibilidade. Ausência de sentença condenatória criminal e de improbidade administrativa transitada em julgado. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro
- 76) Pedido de Providências nº 1.00171/2021-07  
Requerente: Procuradoria da República – Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Interessados: Diego Fernandes Dourado; Renita Cunha Kravetz  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do

Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR nº 1.00.000.020997/2020-11. Apuração de extração mineral irregular no Município de Campo Largo/PR. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária (08/06/2021)

77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Advogados: Vivian Cristina Lima Lopez Valle – OAB/PR n.º 27089; Rodrigo Maciel Cabral – OAB/PR n.º 96349  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Ato improvável em expor indevidamente a imagem do Parquet estadual e do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

78) Pedido de Providências nº 1.00068/2021-02

Requerente: Carlos Augusto Tomaz Vasconcelos  
Advogados: Francisco Érico Carvalho Silveira – OAB/CE n.º 16.881; Lorena Mona Costa Leite – OAB/CE n.º 42139  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Manuel Pinheiro Freitas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Deferimento de pedido para que seja reconhecido e averbado o tempo de exercício de advocacia no período de 20/07/1992 a 31/01/19993, para fins de aposentadoria. Processo nº 25480/2019-3 SP-PGJ/CE.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Ceará

79) Conflito de Atribuições nº 1.00354/2021-50

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul  
Interessados: Gabriel da Costa Rodrigues Alves; Marcelo José da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.010051/2020-46. Apuração de instalação de equipamento do Sistema SINIVEM, na Rodovia Federal BR-463-MS, sem autorização do DNIT/MS. Município de Ponta Porã.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Mato Grosso do Sul

80) Reclamação Disciplinar nº 1.00369/2021-72 (Recurso Interno)

Recorrentes: Adriano Andrade Silva; Cesar Nildo Costa Lima; Epifanio Andrade Silva; Josibeliano Chagas Farias; Nadia Lice Carvalho Martins Silva Renovato  
Advogado: Carlos José Luna dos Santos Pinheiro – OAB/MA n.º 7452  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão

81) Pedido de Providências nº 1.00432/2021-99 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Laerte Codonho  
Advogados: Kledson de Moura Lima – OAB/DF n.º 54756; Frederico Cezar Abinader Dutra – OAB/DF n.º 18487  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ato do Conselho Superior. Negativa de acesso aos autos do Inquérito Civil nº 14.0695.0000728/2019-5. Consulta/reprodução ou fornecimento de cópia do inteiro teor do acórdão que deu provimento ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo contra a instauração do mencionado Inquérito Civil.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: São Paulo

82) Conflito de Atribuições nº 1.00655/2021-10

Requerentes: Karen Damian Pacheco Pinto; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Ação Penal nº 0000027-91.2011.8.24.0021. Apuração de cobrança de multa aplicada ao processo criminal. Município de Cunha Porã/SC.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Santa Catarina

83) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00723/2021-04

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amapá – SINDSEMP-AP  
Advogado: Renan Rego Ribeiro – OAB/AP n.º 3796  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Resolução nº. 006/2017-CPJ-MPAP. Alegação de redução do adicional de interiorização devido a servidores.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá

Processos desta Sessão (22/06/2021)

84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de

contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Paraíba

85) Reclamação Disciplinar nº 1.00421/2018-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogados: Paulo Maurício Braz Siqueira – OAB/DF nº 18.114; Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa – OAB/DF nº 18.712-A

Objeto: Revisão de decisão monocrática da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

86) Reclamação Disciplinar nº 1.00644/2018-70 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal

Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF nº 52.810

Objeto: Revisão de decisão monocrática da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00823/2018-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Determinação. Envio de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa. Fixação legal de gratificação de 15% a todos os cargos e funções de coordenação no Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Bahia

88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01008/2018-10 (Recurso Interno)

Recorrentes: Andre Alisson Leal Teixeira; Arnaldo Dias Santos da Costa Carvalho; Christovão de Moura Varotto Junior; Claudia Braga Tomelin; Cyro Vargas Jatene; Daniel Vieira de Lima; Danielle Bernardes Pacheco; Danilo Barbosa Sodre da Mota; Flaviane Ribeiro de Araujo; Gabriela Gonzalez Pinto; Gilberto Teles Coelho; Gustavo Ramos Ferreira; Janaina Cristina Queiroz de Almeida; Jullier Gadioli Milanez; Júlio Augusto Souza; Karoline Araújo do Prado; Leonardo Borges de Oliveira; Leonel Paz de Lima; Marcelo Henrique de Azevedo Souza; Marcelo Santos Teixeira; Otávio Binato Júnior; Renato Augusto Ercolin; Ricardo de Sousa Fonseca; Rodrigo Fogagnolo Mauricio; Ruy Reis Carvalho Neto; Stephany Nely Lobato; Thaisa Mayra de Paula Botelho; Tiago Dias Maia; Vanessa de Souza Farias

Advogados: Antonio Luiz Barbosa de Alencastro – OAB/DF nº 44.100; Thadeu Gimenez de Alencastro – OAB/DF nº 31021

Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Resolução nº 05/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suprimento de vagas em cargos em Promotorias de Justiça, resultantes de vacância ou ausência

de titulares, por membro de idêntico posicionamento horizontal na carreira. Substituição simples. Alegação de afronta a princípios constitucionais, institucionais e funcionais inerentes ao Ministério Público e à igualdade entre os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

89) Remoção por Interesse Público nº 1.00005/2019-13 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner

Advogados: Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo/RS (4ª Região). Relação desarmoniosa para com servidores.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

90) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner

Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

91) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00263/2020-15 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Francisca Suenia Fernandes de Sá; Magdalena Torres Teixeira

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Abandono, sem razão, da 4ª Sessão da Primeira Reunião de Julgamento de Crime de Competência do Júri da Comarca de Parauapebas.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Nacional

92) Reclamação Disciplinar nº 1.00280/2020-43 (Recurso Interno)

Recorrente: Josias Gomes da Silva

Advogado: Fabricio Bastos de Oliveira – OAB/BA nº 19.062

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Paraná

93) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00307/2020-06 (Recurso Interno)

Recorrente: Cristiano Bocorny Correa

Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS nº 64.975; Rafael da Cas Maffini – OAB/RS nº 44.404

Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho 4ª Região/RS  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Falsificação de documento público. Uso de documento falso. Atos de improbidade administrativa. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00105/2018-69. Portaria CNMP-CN nº 001/2020.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

94) Pedido de Providências nº 1.00387/2020-64

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Lucas Horta de Almeida  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições suscitado pela Promotoria de Justiça em Satuba.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Alagoas

95) Reclamação Disciplinar nº 1.00527/2020-68 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Mary Lucy Carvalho  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Minas Gerais

96) Pedido de Providências nº 1.00572/2020-12

Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Determinação para que o valor do auxílio alimentação de membros do Ministério Público seja de 2% a 5% do subsídio.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

97) Pedido de Providências nº 1.00587/2020-35 (Recurso Interno)

Recorrente: Daniel Barros Fonseca  
Recorrido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Atuação. Promoção de arquivamento sem o devido recurso. Diversas denúncias de supostos crimes de corrupção. Suposta violação do Estado de Direito.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

98) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Alagoas

99) Reclamação Disciplinar nº 1.00701/2020-18 (Recurso Interno)

Recorrente: Carlos Alexandre Klomfahs  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: São Paulo

100) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00826/2020-10 (Embargos de Declaração)

Embargante: Luciano Rocha Santana  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Conduta incompatível com o cargo. Negligência com as atribuições do cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00527/2019-05. Portaria CNMP-CN nº 44/2020.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

101) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00827/2020-74

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Conduta incompatível com o cargo. Interferência no PAD CNMP nº 1.00272/2019-45. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00702/2019-00. Portaria CNMP-CN nº 46/2020.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

102) Proposição nº 1.00853/2020-93

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que acrescenta o inciso XVII no art. 7º, da Resolução nº 89, de 28 de agosto de 2012.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

103) Reclamação Disciplinar nº 1.00973/2020-18 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Sigiloso  
Advogado: Ivan Lopes de Araujo Filho – OAB/PI nº 14.249  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Advogado: Mayara Solfyere Lopes Teixeira – OAB/PI nº 6.179  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Piauí

104) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00997/2020-21 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118; Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF n.º 43447  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Pedido de Providências n.º 1.00230/2019-50. Reclamação Disciplinar nº 1.00579/2019-37. Contratação de mídia publicitária (outdoor) de promoção pessoal. Utilização não autorizada de dados de terceiro.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

105) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00095/2021-85

Requerentes: Alan Ferreira de Araujo; Ari Batista Macedo Costa; Camila de Melo Dutra; Guilherme Miranda Maia; Paulo Figueiredo Fonseca Lima; Pedro Felipe Cardoso Mota Fontes; Rafael Gomes de Lima  
Advogado: Guilherme Miranda Maia – OAB/CE nº 38.034  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso público para o provimento de cargos de Promotor de Justiça. Avaliação de títulos. Base de cálculo para nota final do concurso. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará

106) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00130/2021-75 (Recurso Interno)

Recorrente: Isailton Castro de Lima  
Advogado: Ana Rafaela Vasconcelos Damasceno – OAB/CE nº 36.219  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva no cargo de Promotor de Justiça de entrada inicial. Alegação de erro na correção do item 2.2 da P2 de prova prática. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará

107) Pedido de Providências nº 1.00197/2021-28

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Interessados: Eduardo Herdt Barragan; Rogério Ponzi Seligman  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021794/2020-41. Apuração de possível reforma irregular em imóvel histórico, conhecido como Fábrica de Bordados Hoepcke, na cidade de Florianópolis/SC. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Santa Catarina

108) Pedido de Providências nº 1.00241/2021-09

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessados: Andrea Lemos Fontoura; Ovidio Augusto Amoedo Machado  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.002535/2021-01. Apuração de supostas irregularidades na gestão dos recursos provenientes da Lei Aldir Blanc (Lei n.º 14.017/2020). Município de Mata de São João. Recebimento de

recursos emergenciais destinado ao setor cultural. IDEA nº 167.9.239441/2020.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia

109) Pedido de Providências nº 1.00264/2021-69 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público Federal no Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR nº 1.00.000.003370/2020-03.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná

110) Proposição nº 1.00274/2021-03

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução nº 30/2008 e revogação da Resolução nº 131/2015, e dos Enunciados nº 4/2008 e nº 16/2018.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

111) Proposição nº 1.00276/2021-10

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução nº 37/2009, para contemplar expressamente hipóteses que caracterizam nepotismo e hipóteses em que as vedações previstas nos arts. 1º e 2º não se aplicam; revoga as Resoluções nº 1/2005, nº 7/2006, nº 21/2007, nº 28/2008; e o Enunciado nº 1/2006.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

112) Conflito de Atribuições nº 1.00298/2021-17

Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessados: José Augusto Simoes Vagos; Valtair Lemos Loureiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.019980/2020-11. Irregularidades na alocação de recursos do PRONAF. Município de Afonso Cláudio.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Espírito Santo

113) Reclamação Disciplinar nº 1.00305/2021-80 (Embargos de Declaração)

Embargante: Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco  
Advogados: Pedro Bentes Pinheiro Filho – OAB/PA nº 3.210; Thiago Lima de Souza – OAB/PA nº 17.623  
Embargado: Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

114) Reclamação Disciplinar nº 1.00345/2021-69

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

115) Conflito de Atribuições nº 1.00400/2021-48

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessados: Ana Flavia Afonso Drumond Amorim; Tulio Favaro Beggiato  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR n.º 1.00.000.003142/2019-91. Apuração de atividade minerária irregular (extração de areia) no Município de Ponto dos Volantes/MG. Procuradoria da República no Município de Teófilo Otoni/MG. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araçuaí.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Minas Gerais

116) Conflito de Atribuições nº 1.00430/2021-81

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Guilherme Macabu Semeghini; Julio Jose Araujo Junior  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR n.º 1.00.000.005402/2020-05. Apuração de extração de madeira, transporte interestadual e produção de carvão vegetal sem o devido licenciamento ambiental. Procuradoria da República no Município de São João de Meriti/RJ. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Duque de Caxias.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Rio de Janeiro

117) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13 (Recurso Interno)

Recorrente: Ailton Benedito de Souza  
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF n.º 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF n.º 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF n.º 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF n.º 64376  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP n.º 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP n.º 3/2021.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

118) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00478/2021-07

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163  
Requeridos: Antônio Augusto Brandão de Aras; Procuradoria Geral da República  
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria Geral da República. Portaria PGR/MPU n.º 29/2021. Assistência médico-hospitalar do membro do Ministério Público da União proporcionada pela União por meio do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União – Plan-Assiste. Garantia a membros de ressarcimento individual, na forma de indenização, dos gastos com contribuição e custeio do Plan-Assiste. Descumprimento da Resolução CNMP n.º 223/2020. Omissão quanto à regulamentação relativa a servidores. Violação dos princípios da igualdade, legalidade e razoabilidade. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

119) Conflito de Atribuições nº 1.00499/2021-41

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessados: Alexandre de Campos Bovolín; Marcos Salati  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Processo SEI 29.0001.0048766.2021-92. Malversação de recursos públicos destinados à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos/SP. Procuradoria da República no Município de Jaú. Promotoria de Justiça de Dois Córregos.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: São Paulo

120) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00518/2021-67

Requerente: Antonio Forte de Souza Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Sergipe

121) Conflito de Atribuições nº 1.00524/2021-97

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessados: George Elias Gonçalves Pereira; Roberto D'Oliveira Vieira  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.014737/2020-14. Apuração de dano ambiental. Lavra ilegal. Extração de areia. Mineração. Povoado da Choça. IDEA 003.9.153416/2019.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Bahia

122) Conflito de Atribuições nº 1.00537/2021-00

Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessados: Elba Souza de Albuquerque e Silva Chiappetta; Elcio de Sousa Araújo  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 000442.2020.14.000/9. Existência de técnicos de enfermagem sem formalização de contrato de trabalho, bem como desconto indevido de ISS – Imposto Sobre Serviços,

no Município de Cujubim/RO. Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região. 2ª Promotoria de Justiça de Ariquemes.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rondônia

123) Conflito de Atribuições nº 1.00543/2021-22

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessados: Cassio Roberto Conserino; Kleber Marcel Uemura  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 38.0002.0001857/2021. Uso indevido de logomarca do Governo Federal no sítio eletrônico "Portal do Empreendedor" e eventual indução a erro sobre a natureza privada do site com possível disponibilização indevida de dados de pessoa física. 22ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital/SP. Procuradoria da República em São Paulo.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: São Paulo

124) Conflito de Atribuições nº 1.00568/2021-90

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Interessado: Procuradoria Geral da República  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00000.019744/2020-02. Apuração de irregularidades no loteamento Linha Bonita. Inquérito Civil nº 06.2018.00006148-0. Comarca de Videira/SC.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Santa Catarina

125) Conflito de Atribuições nº 1.00572/2021-02

Requerente: Procuradoria da República – Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015763/2020-51. Apurar a prática de crime contra o meio ambiente, conforme Auto de Infração Ambiental nº 119993 e Procedimento Investigatório Criminal nº MPPR-0085.19.000313-8. Município de Marechal Cândido Rondon/PR.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraná

126) Conflito de Atribuições nº 1.00603/2021-80

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessado: João Raphael Lima  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 1.24.005.000021/2021-21. Apuração de supostas irregularidades ocorridas nas casas situadas no Conjunto Graça Moreira, na cidade de Bananeiras, construídas por meio do "Programa Minha Casa Minha Vida", consistente na negociação (venda/locação) dos imóveis pelos beneficiários do programa.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraíba

127) Conflito de Atribuições nº 1.00606/2021-40

Requerente: Procuradoria da República – Piauí  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público Federal do Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.27.001.000235/2020-44. Apurar suposta prática do crime previsto no artigo 55, da Lei n.º 9.605/98, referente à extração de pedras para a confecção de paralelepípedos (pedreiras), sem a devida licença ambiental, em Paquetá/PI.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Piauí

128) Notícia de Fato nº 1.00611/2021-17 (Recurso Interno)

Recorrente: Daniel Barros Fonseca  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

129) Conflito de Atribuições nº 1.00619/2021-56

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.017414/2020-74. Apuração de irregularidades de aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) e sobre enriquecimento ilícito. Município de Ibitiara/BA.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Bahia

130) Conflito de Atribuições nº 1.00622/2021-15

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.017502/2020-76. Verificar possível retorno das aulas presenciais na Ulbra Canoas durante a pandemia de COVID-19.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio Grande do Sul

131) Conflito de Atribuições nº 1.00654/2021-66

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Apuração de crime de estelionato. Procedimento MPRJ 2019.00886416. Procedimento MPPR 0046.20.006033-6.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraná

132) Conflito de Atribuições nº 1.00729/2021-36

Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.013272/2019-32. Apuração de suposta indicação de cargos públicos vinculados ao programa "Novo



Mais Educação", custeado com verbas federais, em troca de apoio político. Município de Bragança/PA.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Pará

133) Pedido de Providências nº 1.00738/2021-27 (Embargos de Declaração)

Embargante: Moises Rufino Fernandes  
Embargado: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação deficiente. Apuração de suposto crime de falsidade ideológica. Confecção de diploma universitário. Universidade da Cidade de São Paulo – UNICID.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: São Paulo

134) Conflito de Atribuições nº 1.00783/2021-81

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.19.005.000087/2017-02. Apuração de irregularidades no “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Município de Benedito Leite/MA.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

**SECRETARIA GERAL**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Sessão de Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 07/06/2021

Processo: 1.00780/2021-10

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

Processo: 1.00781/2021-74

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00782/2021-28

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO

Processo: 1.00783/2021-81

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SANDRA KRIEGER GONCALVES

Processo: 1.00784/2021-35

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE SANDRA KRIEGER GONCALVES

Processo: 1.00785/2021-99

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00786/2021-42

Classe: Correição

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 08/06/2021

Processo: 1.00787/2021-04

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Processo: 1.00788/2021-50

Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00764/2021-46

Classe: Revisão de Processo Disciplinar

Distribuição: GABINETE SANDRA KRIEGER GONCALVES

Processo: 1.00789/2021-03

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS

Processo: 1.00790/2021-65

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00791/2021-19

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Data de distribuição: 09/06/2021

Processo: 1.00792/2021-72

Classe: Processo Administrativo Disciplinar

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00793/2021-26

Classe: Proposição

Distribuição: GABINETE MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Processo: 1.00794/2021-80

Classe: Proposição

Distribuição: GABINETE OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR

Data de distribuição: 10/06/2021

Processo: 1.00795/2021-33

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00796/2021-97

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Processo: 1.00797/2021-40

Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo

Distribuição: GABINETE OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO

Processo: 1.00798/2021-02

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00799/2021-58

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00800/2021-90

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00801/2021-43

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00802/2021-05

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00803/2021-50

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 11/06/2021

Processo: 1.00804/2021-04

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00805/2021-68

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00806/2021-11

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00807/2021-75

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00808/2021-29

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS

Processo: 1.00809/2021-82

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO

Eric Lopez Medeiros de Souza  
Coordenador de Autuação e Distribuição  
SPR/CNMP

## PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 2 DE JUNHO DE 2021

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1.00257/2021-85

Relator: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

E M E N T A PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO DE LOTES EM ASSENTAMENTO DO INCRA EM QUERÊNCIA/MT. CONFLITO ENTRE ASSENTADOS SOB ATRIBUIÇÃO DO MP/MT. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO EMPREGADO PELO INCRA DE ATRIBUIÇÃO DO MPF.

I – Conflito Negativo de Atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso a respeito de irregularidades em projeto de assentamento (PA) do INCRA.

II – Em se tratando de conflitos existentes unicamente entre assentados, é atribuição do Ministério Público estadual a apuração de eventual crime perpetrado, inexistente interesse federal na demanda. Precedentes do STJ.

III – O procedimento em análise, contudo, diz respeito à apuração das eventuais irregularidades na repartição, distribuição e titulação dos lotes presentes no distrito agroindustrial do PA Pingo D'água pelo INCRA, não à investigação dos crimes praticados pelos assentados e outros posseiros no assentamento, que foram objeto de análise pelos órgãos estaduais, conforme esclarecido nos autos.

IV – A competência federal, no âmbito civil, é determinada pelo disposto no art. 109, I, da Constituição Federal, que estabelece a regra de competência em razão da pessoa (*ratione personae*), segundo a qual, para fixação da competência comum da Justiça Federal, basta que esteja presente autarquia federal (no caso, o INCRA) em um dos polos da demanda.

V – Pedido julgado improcedente. Conflito de atribuições conhecido e resolvido para declarar a atribuição do Ministério Público Federal.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas, os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgam improcedente o pedido formulado pelo suscitante no Pedido de Providências, para resolver o conflito negativo de atribuições com a fixação de atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília/DF, 02 de junho de 2021.

(Documento assinado digitalmente)

Sebastião Vieira Caixeta

Conselheiro Nacional

#### ACÓRDÃO DE 08 DE JUNHO DE 2021

PROPOSIÇÃO Nº 1.000208/2021-06

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D'ALBUQUERQUE

PROponente: CONSELHEIRO OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JR.

E M E N T A PROPOSIÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, AOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PARA ACOMPANHAR O COFINANCIAMENTO FEDERAL AOS SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO E A EFETIVA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO FAMILIAR AOS MUNICÍPIOS. PREVISÃO EXPRESSA NO ARTIGO 34, §1º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. MATÉRIA DE SUMA RELEVÂNCIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO. APROVAÇÃO.

1. Proposta de Recomendação apresentada pelo Eminentíssimo Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Jr, durante a 2ª Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro de 2021, com o objetivo de aprimorar a atuação do Ministério Público por intermédio do acompanhamento do cofinanciamento federal aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e à promoção do fortalecimento do serviço de acolhimento familiar, que foi incorporado oficialmente no ECA por meio da Lei 12.010/09.
2. Matéria de suma relevância, que visa a adoção de providências para acompanhar o cofinanciamento federal aos serviços de acolhimento e à efetiva implantação do serviço de acolhimento familiar aos municípios, conforme art. 34, §1º, Lei 8.069/90, ECA.
3. Pertinência e juridicidade da proposição, que presta obséquio ao primado da dignidade da pessoa humana.
4. Aprovação na íntegra, nos termos do voto do Relator.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, aprovou a presente Proposição, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, 08 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

Conselheiro OSWALDO D'ALBUQUERQUE

Relator

#### DECISÃO DE 11 DE JUNHO DE 2021

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO

PROCESSO Nº 1.00463/2021-86

RELATOR: Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.

REQUERENTE: Conselho Popular de Aracruz/ES (CONSPAR)

REQUERIDOS: Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES)

## DECISÃO

1. A intimação do requerente, apesar do aviso de inexistência do e-mail cadastrado no sistema ELO, fez-se por meio de publicação no Diário Eletrônico do CNMP. Assim, tem-se como termo inicial do prazo o dia 17/5/2021 e como dies ad quem 21/5/2021.
2. O prazo transcorreu sem manifestação do requerente.
3. Dessa forma, não foram cumpridas tempestivamente as determinações do despacho. Assim, deve o feito ser arquivado em razão do descumprimento de norma regimental expressa e, por analogia, das regras processuais previstas em lei. Fica evidente que se tratou de uma tentativa de provocar o CNMP por meio apócrifo.
4. Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO da presente Representação por Inércia ou Excesso de Prazo, nos termos dos arts. 36, §1º e §2º, e 43, inciso IX, alínea “a”, do RI/CNMP.
5. Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília/Distrito Federal, 11 de junho de 2021.

(assinado eletronicamente)

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.

Conselheiro Relator

DECISÃO DE 14 JUNHO DE 2021

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES Nº 1.00522/2021-80

RELATOR: CONSELHEIRO OSWALDO D’ALBUQUERQUE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ)

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

E M E N T A CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. RECONHECIMENTO DA ATRIBUIÇÃO PELO PARQUET ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. ARQUIVAMENTO DO FEITO, ANTE A PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO COMANDO EMERGENTE DO ARTIGO 43, INCISO IX, ALÍNEA “B”, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. Trata-se de procedimento instaurado com o fito de solucionar conflito negativo de atribuições entre o Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado do Paraná) e o Ministério Público do Estado do Paraná.
2. Instado a se manifestar, o órgão suscitado (MPPR) reconheceu a atribuição estadual de investigar os fatos apurados no feito originário.
3. No caso em apreço, havendo a assunção da atribuição pelo Parquet Estadual, não há mais que se falar em conflito de atribuições, ante a perda superveniente do objeto.
4. Arquivamento do presente Conflito de Atribuições, nos termos de comando emergente no artigo 43, IX, alínea “b”, do Regimento Interno CNMP.

## DECISÃO

(...) 18. Não obstante, in casu, verifica-se que a douta Promotora de Justiça da Comarca de Clevelândia/PR, Dra. Nara Mirella Leal Palrinhas, ao prestar suas informações, reconheceu a sua atribuição “para prosseguir na análise dos fatos remetidos à apuração” (cf. fl. 79), revelando, deste modo, a atribuição estadual para atuar na situação dos autos.

19. Dessa forma, é forçoso reconhecer a ocorrência de perda superveniente de objeto, haja vista a assunção da atribuição em comento pelo Parquet estadual.

20. Ante o exposto, levando-se em consideração não mais existir, no caso em apreço, qualquer conflito de atribuições a ser dirimido por esta Corte de Controle, DETERMINO, com fulcro no artigo 43, IX, alínea “b”, do Regimento Interno do CNMP, o arquivamento do presente feito, face a perda superveniente do objeto.

21. intime-se.

22. Cumpra-se.

Brasília-DF, 14 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

Conselheiro OSWALDO D'ALBUQUERQUE

Relator

DESPACHO DE 11 DE JUNHO DE 2021

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 1.00780/2021-10

RELATOR: Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.

REQUERENTES: Márcio Schlee Gomes, Daniel Mattioni, Fernando Gerson, Luciara Robe da Silveira, Marcelo Ries, Roberta Brenner de Moraes, Susiane Bicca Mespaque Madruga, Voltaire de Freitas Michel

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

INTERESSADO: Fabiano Dallazen

DESPACHO

ANTE O EXPOSTO, intime-se o promotor de Justiça Voltaire de Freitas Michel para que apresente petição devidamente assinada.

Após apresentação da petição assinada, intime-se o promotor de Justiça Fernando Gerson para que se manifeste sobre o pedido apresentado pelo promotor de Justiça Voltaire de Freitas Michel.

Por fim, intimem-se os requerentes para que, no prazo de 15 dias, apresentem cópia de documento de identidade, de inscrição no CPF e de comprovante de endereço de todos aqueles constantes no polo ativo, nos termos do art. 36, §1º e §2º, do RI/CNMP.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília/Distrito Federal, 11 de junho de 2021.

(assinado eletronicamente)

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.

Conselheiro Relator